

cópia



Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
Anexo do Min. Fazenda, Bloco P, Ala B, Térreo - Sala 8 - Esplanada dos Ministérios
70048-900 - Brasília - DF
(61) 3412-3042 (61) 3412-3009 (61) 3412-3020 corem.df.stn@fazenda.gov.br

Ofício nº 382/2012/COREM/SURIN/STN/MF-DF

BRASILIA, 12 de novembro de 2012

A Sua Excelência o Senhor
OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ
GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Brasil, s/nº - Compensa II
69036-110 - Manaus - AM

Assunto: **Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de Estados - Encaminhamento do Programa do Estado do Amazonas referente ao período 2012-2014.**

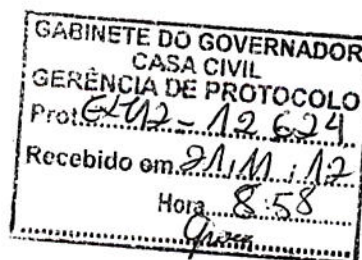
Senhor Governador,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Programa referente ao período 2012-2014 elaborado em consonância com os termos da cláusula décima-quinta do Contrato de Confissão, Promessa e Assunção e Promessa de Refinanciamento de Dívidas n.º 005/98 STN/COAFI, de 11 de março de 1998.

Respeitosamente,

Documento assinado digitalmente por ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Certificado: 32303131303131323133333933303738

Arno Hugo Augustin Filho
Secretário do Tesouro Nacional





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DO AMAZONAS**

**PERÍODO 2012-2014
(13ª REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 41/98
CONTRATO Nº 005/98 STN/COAFI, DE 11/03/98
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO AMAZONAS**

MANAUS-AM, 15 DE OUTUBRO DE 2012

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Apresentação

1. Este documento apresenta a 13ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Amazonas (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção e Promessa de Refinanciamento de Dívidas nº 005/98 STN/COAFI (Contrato), de 11 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 41/98. O Programa dá cumprimento ao disposto nas cláusulas décima quinta, décima sexta e décima sétima do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2012 a 2014.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.



1. Situação Econômico-Financeira do Estado

4. Nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, o Estado obteve os resultados primários e atrasos/deficiências, conforme quadro Tabela 1:

Tabela 1

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Milhões		
	2009	2010	2011
Resultado Primário	(931)	(322)	97
Atrasos/Deficiências	223	60	13

5. Em 2011, o Estado cumpriu a meta estabelecida no Programa. Este fato deveu-se basicamente a arrecadação, no exercício, das receitas de arrecadação próprias, com destaque para o ICMS. Nesse exercício o ICMS, correspondeu a 77,98% da receita de arrecadação própria.
6. As receitas de arrecadação própria do Estado foram: em 2009 de R\$ 5.258 milhões, em 2010 de R\$ 6.647 milhões e em 2011 de R\$ 7.581 milhões. Dentre os principais fatores que influenciaram de forma relevante os resultados obtidos na arrecadação de 2011, podemos destacar:
- Iniciou-se a implantação do GAF, que é a Gestão da Ação Fiscal, cujo objetivo é programar, controlar e executar as ações fiscais sobre os contribuintes e responsáveis do ICMS;
 - Na regularização das notas fiscais eletrônicas oriundas de outros Estados, houve uma concentração de esforços para simplificar as rotinas de desembaraço e corrigir diversas irregularidades detectadas através de cruzamentos informatizados, o que acarretou em incremento da arrecadação. Em 2011, o ICMS Antecipado foi de R\$ 672.881.482,53, o que, em percentuais, significa 11,38% da arrecadação total do ICMS;
 - No tocante ao IPVA, a principal inovação administrativa foi o “Pré-Cadastramento On-Line de Veículos”, que permite ao DETRAN/AM, as concessionárias e despachantes poderem cadastrar os veículos novos, dinamizando a atividade dos contribuintes e responsáveis e aumentando a arrecadação deste imposto em específico, além, de torná-la mais eficiente e eficaz;
 - O setor de ITCMD desenvolveu modelo de formulários em conjunto com os Cartórios de Notas, o que além de uniformizar os procedimentos, acarretou maior agilidade no protocolo e na análise dos processos;
 - Também foram remetidos às Varas de Família ofícios com respectivas guias de pagamento, diminuindo o tempo de recolhimento do tributo nos processos judiciais.



7. De forma resumida, apresentamos a seguir a aplicação dos recursos orçamentários, no período de 2009 a 2011, que se traduziu no atual plano de ação do governo estadual. A Tabela 2 mostra os principais itens de despesas, bem como os indicadores em relação à Receita Corrente Líquida e à Receita Líquida Real:

Tabela 2

R\$ milhões			
DESPESA	2009	2010	2011
Pessoal	3.363	3.653	4.249
Outras Despesas Correntes	2.407	2.807	3.109
Investimentos	1.703	1.696	1.532
Receita Corrente Líquida – RCL	6.489	7.782	8.963
Receita Líquida Real - RLR	5.528	6.609	7.688
Pessoal x RCL %	51,82	46,93	47,40
Outras Despesas Correntes x RLR %	43,54	42,47	40,44
Investimentos x RLR %	30,81	25,67	19,93

8. Em 2009, 2010 e 2011, a Despesa com Pessoal apresentou um crescimento nominal de 11,08%, 8,63% e 16,34%, respectivamente. Dentre os fatores que determinaram essa evolução destacam-se as contratações de novos servidores mediante realização de concursos públicos e os reajustes pontuais de salário em cada ano. Mesmo com esses crescimentos, a relação Despesa com Pessoal/RCL manteve-se abaixo do limite de 60%.
9. Quanto às Outras Despesas Correntes o Estado apresentou um crescimento médio nominal no período de 13,68%, consequência, basicamente, dos investimentos efetuados com as construções de escolas.
10. O regime de previdência é gerido por um único órgão, o AMAZONPREV, criado pela Lei Complementar nº 30, de 27 de dezembro de 2001. Até o momento, o único Poder que aderiu ao sistema foi o Executivo; os demais poderes custeiam suas despesas de inativos e pensionistas. O Estado optou pelo modelo de capitalização com segregação das massas, pela instituição de dois Fundos: Financeiro (FFIN) e Previdenciário (FPREV). O Financeiro, que é deficitário, é formado pelos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, e constitui responsabilidade do Estado. Por sua vez, o Previdenciário, que é superavitário, é constituído dos servidores que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004.
11. Atualmente, o Estado cumpre com todas as exigências do Ministério da Previdência para a obtenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e encontra-se regular no que diz respeito aos repasses da contribuição dos segurados e da cota patronal para os Fundos. Além disso, tem seguido as determinações da Resolução nº 3.506/2007 nº 3.506/2007 Nacional, que trata da gestão dos investimentos dos segurados.
12. Com a decisão do governo de criar o AMAZONPREV, numa visão de longo prazo, e fazendo a gestão através da segregação de massas nos Fundos FFIN e FPREV, houve a reversão dos valores projetados em 2001 do comprometimento da RCL do Estado de 106,22% para 36,09% realizado no ano de 2011.



13. O saldo da Dívida Financeira evoluiu nos últimos três exercícios da seguinte forma (a preços correntes).

Tabela 3

R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	Saldo			Variação Real
	2009	2010	2011	2011/2010
Interna (Direta+ Indireta)	2.391.549	2.660.996	2.618.827	-1,58%
DMLP	185.387	163.612	168.669	3,09%
Lei nº 9.496/97	474.552	509.503	519.865	2,03%
Lei nº 8.727/93	872.170	780.364	669.806	-14,17%
Outras	859.440	1.207.517	1.260.487	4,39%
Externa (Direta + Indireta)	386.679	527.520	683.363	29,54%
Total	2.778.229	3.188.516	3.302.190	3,57%

14. No período, foram incorporados ao estoque apresentado na Tabela 3 os ingressos de operações de crédito, conforme quadro abaixo:

Tabela 4

R\$ Milhões

OPERAÇÃO DE CRÉDITO	2009	2010	2011	TOTAL
Operações de Crédito Internas	702	350	130	1.182
Abastecimento de Água	109	101	11	221
Construção da Arena da Amazônia	0	0	89	89
Pró-Moradia	5	15	8	28
Projeto Minha Casa, Minha Vida	0	0	15	15
Programa De Saneamento	9	20	1	30
Ponte Manaus/Itanduba	301	214	5	520
Programa Emergencial de Financiamento	279	0	0	279
Operações de Crédito Externas	153	165	82	401
Prosamim/BID	150	157	69	377
Zona Franca Verde	3	8	13	24
TOTAL	855	515	212	1.582



2. Objetivos e Demandas

15. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
16. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1998 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA // RECEITA LÍQUIDA REAL

17. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Estado (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Estado não liquidar o referido refinanciamento.
18. Os índices referentes à relação D/RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2011; o superior considera também os valores correspondentes ao ingresso das receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes. A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2012	2013	2014
(229)	(854)	(246)

19. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DESPESAS COM PESSOAL // RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %		
2012	2013	2014
60,00	60,00	60,00

20. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 52,94%, 52,09%, 52,05% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.



21. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2012	2013	2014
7.891	8.462	8.747

22. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
23. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá implementar as seguintes ações:
- Implementar medidas de atração de novos investimentos na área de serviços, direcionadas à ampliação da rede hoteleira, para fortalecimento do fluxo turístico no Estado;
 - Ampliar a base cadastral das empresas, notadamente ao setor de serviços de comunicações, com capacidade em banda larga;
 - Implementar as mudanças da matriz energética, e pólo gás-químico;
 - Aperfeiçoar controles de entradas de mercadorias, estabelecendo a figura de substituto tributário;
 - Aperfeiçoar controles de saídas de mercadorias, com a implementação de Notas Fiscais Eletrônicas de Consumo, ao setor varejista;
 - Aprofundar a capacidade profissional dos servidores, principalmente na utilização de novas tecnologias de controle e gestão;
 - Acompanhar a reforma tributária para assegurar a proteção constitucional do modelo ZFM;
 - Aperfeiçoar os controles de monitoramento do estoque da Dívida Ativa e Contencioso;
 - Ampliar a rede de controle de postos e agências fiscais nos municípios de Tabatinga, Humaitá e Boca do Acre;
 - Disponibilizar novas soluções tecnológicas que facilitem as operações realizadas pelos contribuintes, reduzindo o custo operacional dos controles fiscais e aumentando a qualidade e efetividade dos mesmos;
 - Implementar medidas que propiciem a exploração do mineral Silvinita, para extração regular do Potássio, nos municípios de Nova Olinda do Norte, Itapiranga, Silves, Autazes e Itacoatiara;
 - Efetivar a obrigatoriedade da utilização da EFD – Escrituração Fiscal Digital para os contribuintes inscritos na base cadastral, no Estado do Amazonas.



META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

24. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 38,34% em 2012, 39,81% em 2013 e 39,68% em 2014, conforme o Anexo I;
- b. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, Planejamento e Administração, conforme Decreto nº 23.944, de 28 de novembro de 2003;
- c. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
- d. Manter no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado do Amazonas – GTCON/AM, com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:
 - I - a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e
 - II - a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.
- e. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;
- f. Divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2012	2013	2014
18,89	25,96	18,86

25. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
26. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.



4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS

27. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
 - a. missões técnicas da STN; e
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
28. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano, o Estado encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Após essa data, havendo indícios do descumprimento das metas 1 ou 2 do Programa, o Estado terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa.
29. Em 2013, o Estado poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2013-2015, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
30. Em 2014, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2014-2016. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa em 2014 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
31. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula décima quinta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
32. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
33. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Amazonas subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Manaus-AM, 15 de outubro de 2012.


OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ
Governador do Estado do Amazonas

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO I - PLANILHA GERENCIAL

ESTADO: AMAZONAS

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJEÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2009	2010	2011	2012	2013	2014
I - RECEITA BRUTA	7.808	9.486	10.725	11.093	11.831	12.351	141,39	143,54	139,50	138,94	139,84	139,84
Receitas de Transferências	2.550	2.839	3.144	3.202	3.369	3.603	46,18	42,96	40,89	40,10	39,82	40,10
FPE	1.263	1.361	1.677	1.803	1.965	2.142	22,87	20,60	21,81	22,58	23,23	23,23
Outras	1.288	1.478	1.467	1.399	1.404	1.461	23,32	22,36	19,08	17,52	16,59	16,59
Receitas de Arrecadação Própria	5.258	6.647	7.581	7.891	8.462	8.747	95,21	100,58	98,61	98,84	100,02	99,74
ICMS	4.290	5.547	5.912	6.450	6.980	7.200	77,68	83,93	76,90	80,79	82,50	82,50
Outras	968	1.100	1.669	1.441	1.482	1.547	17,53	16,65	21,71	18,05	17,52	17,24
II - DESPESA COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.206	1.524	1.642	1.772	1.915	1.978	21,84	23,06	21,35	22,19	22,63	22,63
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	6.602	7.962	9.083	9.321	9.917	10.373	119,55	120,48	118,15	116,74	117,21	117,21
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	7.534	8.284	8.987	9.550	10.770	10.619	136,42	125,35	116,89	119,61	127,30	127,30
Pessoal	3.363	3.653	4.249	4.944	5.167	5.399	60,89	55,27	55,27	61,93	61,07	61,07
Executivo (Adm Direta)	1.694	1.875	2.072	2.442	2.552	2.667	30,67	28,37	26,95	30,59	30,17	30,17
Executivo (Adm Indireta)	291	325	360	423	442	462	5,27	4,92	4,68	5,30	5,23	5,23
Demais Poderes	331	386	471	550	575	601	5,99	5,84	6,13	6,89	6,80	6,80
Inativos e Pensionistas	391	433	672	768	802	839	7,07	6,56	8,74	9,62	9,48	9,48
Outras	656	634	675	761	795	831	11,89	9,59	8,78	9,53	9,40	9,40
OCC	4.171	4.631	4.737	4.606	5.604	5.220	75,53	70,08	61,62	57,69	66,23	66,23
Investimentos	1.703	1.696	1.532	1.508	2.197	1.669	30,84	25,67	19,93	18,89	25,96	25,96
Inversões	43	113	83	25	26	28	0,78	1,71	1,08	0,31	0,31	0,31
Outras Despesas Correntes	2.407	2.807	3.109	3.061	3.368	3.510	43,59	42,47	40,44	38,34	39,81	39,81
Sentenças Judiciais	18	15	13	12	13	13	0,33	0,23	0,17	0,15	0,15	0,15
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	(931)	(322)	97	(229)	(854)	(246)	(16,86)	(4,87)	1,26	(2,87)	(10,09)	(10,09)
VI - JUROS DA DÍVIDA (LÍQUIDO DEVIDO)	17	90	74	17	63	137	0,30	1,36	0,96	0,22	0,74	0,74
Intralimite	83	73	70	66	49	35	1,50	1,10	0,91	0,83	0,58	0,58
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	(66)	17	4	(49)	13	103	(1,20)	0,26	0,05	(0,61)	0,16	0,16
VII - NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA (-V + VI)	948	412	(23)	246	916	383	17,16	6,24	(0,30)	3,09	10,83	10,83
VIII - AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA	156	163	249	488	563	419	2,82	2,46	3,24	6,11	6,65	6,65
Intralimite	141	145	166	326	365	128	2,56	2,20	2,16	4,08	4,31	4,31
Extralimite	14	17	83	162	198	291	0,26	0,26	1,08	2,03	2,34	2,34
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	14	17	83	162	198	291	0,26	0,26	1,08	2,03	2,34	2,34
IX - CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
X - NEC FINANC BRUTA (VII + VIII + IX)	1.104	575	226	735	1.479	802	19,98	8,70	2,94	9,20	17,48	17,48
XI - FONTES DE FINANCIAMENTO	881	515	214	735	1.904	1.043	15,95	7,80	2,78	9,20	22,50	22,50
Alienação de Ativos deduz Aquis Títulos Crédito	25	0	2	0	0	0	0,46	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01
Operações de Crédito	855	515	212	734	1.903	1.042	15,49	7,79	2,76	9,20	22,50	22,50
Internas	702	350	130	476	1.241	488	12,72	5,29	1,69	5,96	14,67	14,67
d/q Financ Saneam Bcos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	153	165	82	258	662	554	2,77	2,50	1,07	3,23	7,83	7,83
XII - ATRASOS/DEFICIÊNCIA (X - XI)	223	60	13	0	(425)	(240)	4,03	0,90	0,16	0,00	(5,02)	(5,02)
Serviço da Dívida Total (Bruto)	275	317	436	624	741	672	4,98	4,80	5,66	7,82	8,76	8,76
Receitas Financeiras	103	65	113	119	116	116	1,86	0,98	1,47	1,48	1,37	1,37
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	172	253	323	506	625	556	3,12	3,82	4,20	6,33	7,39	7,39
Serviço da Dívida Intralimite	224	218	236	392	414	163	4,05	3,30	3,07	4,91	4,89	4,89
Serviço da Dívida Extralimite	(52)	35	87	114	212	394	(0,94)	0,52	1,13	1,43	2,50	2,50
Receita Líquida Real-RLR	5.523	6.609	7.688	7.984	8.460	8.846						
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	6.489	7.782	8.964	9.339	9.920	10.373						
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	51,82	46,93	47,40	52,94	52,09	52,05						
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	28,11	27,48	27,77	27,47	27,43	27,47						
Inversões e Sentenças Judiciais / RLR %	1,11	1,94	1,25	0,46	0,46	0,46						
Resultado Primário/PIB %	(0,03)	(0,01)	0,00	(0,01)	(0,02)	(0,00)						
Serviço da Dívida Total (Bruto)/PIB %	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01						
Serviço da Dívida Total - Operações de Crédito/PIB %	(0,02)	(0,01)	0,01	(0,00)	(0,02)	(0,01)						
Serviço da Div. Total - Op. Crédito + Alienação / PIB %	(0,02)	(0,01)	0,01	(0,00)	(0,02)	(0,01)						

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: AMAZONA

2009 A 2011: REALIZAC

2012 A 2014:PROJETAC

R\$ MILHÔES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1 RECEITA	8.792,0	10.065,8	11.051,6	11.945,8	13.851,2	13.509,2
2 RECEITA CORRENTE	7.695,3	9.306,5	10.606,0	11.110,4	11.834,5	12.350,6
3 RECEITA TRIBUTÁRIA	4.427,6	5.717,5	6.099,7	6.649,8	7.190,1	7.420,2
4 IMPOSTOS	4.425,0	5.714,8	6.097,1	6.648,6	7.188,8	7.419,0
5 IPVA	132,8	165,5	181,1	195,0	205,0	215,0
6 ICMS	4.290,0	5.546,7	5.912,0	6.450,0	6.980,0	7.200,0
7 ITCD	2,1	2,6	4,1	3,6	3,8	4,0
8 IPTU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9 ISS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10 Outros Impostos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 TAXAS	2,6	2,7	2,6	1,2	1,3	1,4
12 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	518,1	649,7	905,0	955,0	995,0	1.038,0
14 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	518,1	649,7	905,0	955,0	995,0	1.038,0
15 Contribuição dos Segurados e Compensação do INSS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16 Outras Contribuições Sociais	518,1	649,7	905,0	955,0	995,0	1.038,0
17 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18 RECEITA PATRIMONIAL	103,8	65,7	114,3	125,0	117,5	117,5
19 Receitas Financeiras	102,9	64,7	112,8	118,6	116,0	116,0
20 Outras Receitas Patrimoniais	1,0	1,0	1,5	6,5	1,5	1,5
21 OUTRAS RECEITAS	126,0	134,1	143,9	143,0	148,5	154,1
22 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.354,7	2.617,3	2.942,4	3.146,4	3.303,6	3.537,7
23 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.191,5	2.461,6	2.871,2	3.114,4	3.272,9	3.506,0
24 Transferências da União	2.191,5	2.461,6	2.871,2	3.114,4	3.272,9	3.506,0
25 Participação na Receita da União	1.527,4	1.674,5	2.064,9	2.192,4	2.377,6	2.577,9
26 Cota Parte do FPE	1.262,9	1.361,2	1.676,7	1.803,0	1.965,2	2.142,1
27 IRRF	214,5	243,5	305,8	320,0	335,0	350,0
28 Cota Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29 Cota Parte do IPI	34,1	39,7	45,4	49,4	55,0	60,9
30 Cota Parte da Intervenção no Domínio Econômico	15,9	30,1	36,9	20,1	22,4	24,8
31 Cota Parte sobre Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32 Outras Transferências da União	664,1	787,1	806,2	921,9	895,3	928,1
33 Transferência Financeira LC 87/96	14,7	14,7	14,7	14,7	14,7	14,7
34 Compensação Financ pela Exploração de Recursos Naturais	150,0	171,2	239,3	238,7	260,2	271,7
35 d/q Cota Parte Royalties e FEP	146,4	169,0	236,0	235,5	257,0	268,3
36 Transferências do FNDE	58,8	116,9	75,0	73,6	77,0	80,3
37 Transferências do FNAS	0,8	0,3	0,8	2,0	2,0	2,1
38 Complementação da União ao FUNDEF/FUNDEB	18,7	74,2	74,3	150,0	50,0	50,0
39 Ganho líquido do FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 Transferências de Recursos do SUS – Fundo a Fundo	381,1	342,6	379,0	411,7	458,7	508,1
41 Transferencia Constitucional ao DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
42 Outras	40,0	67,2	23,0	31,2	32,6	1,2
43 Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
44 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	73,5	48,7	53,0	23,3	23,7	24,7
45 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	89,7	107,0	18,2	8,8	7,0	7,0
46 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165,1	122,2	400,8	91,3	79,9	82,9
47 MULTAS E JUROS DE MORA	45,3	39,9	53,7	45,9	48,4	50,4
48 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28,5	32,5	29,9	32,9	20,5	21,5
49 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	85,2	4,2	5,7	4,2	6,0	6,0
50 RECEITAS DIVERSAS	6,0	45,6	311,5	8,3	5,0	5,0
51 RECEITA DE CAPITAL	1.096,8	759,4	445,5	835,3	2.016,7	1.158,7
52 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	855,4	514,9	211,8	734,2	1.903,4	1.042,2
53 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	702,3	349,5	129,8	476,0	1.241,1	488,0
54 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	153,1	165,4	82,0	258,2	662,3	554,2
55 ALIENAÇÃO DE BENS	25,3	0,3	1,8	0,5	0,5	0,5
56 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
57 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	195,8	221,7	201,5	55,2	65,4	65,6
58 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45,3	3,1	1,3	1,4	1,6	1,8
59 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150,5	218,6	200,2	53,4	63,4	63,4
60 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4	0,4
61 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	19,8	22,1	30,1	45,0	47,0	50,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: AMAZONAS

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
62 DESPESA	9.014,8	10.125,4	11.064,1	11.945,8	13.426,5	13.268,8
63 DESPESA CORRENTE	7.113,0	8.153,5	9.200,0	9.924,7	10.640,6	11.153,8
64 PESSOAL E ENCARGOS	3.438,6	3.717,6	4.354,4	5.025,3	5.251,5	5.487,5
65 Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
66 Aplicações Diretas	3.438,6	3.717,6	4.354,4	5.025,3	5.251,5	5.487,5
67 Vencimentos e Vantagens Fixas	2.315,6	2.585,6	2.902,5	3.415,6	3.569,3	3.730,0
68 Poder Executivo	1.693,5	1.874,8	2.072,0	2.442,3	2.552,2	2.667,1
69 Demais Poderes	330,9	385,9	471,0	550,2	575,0	600,9
70 Adm. Indireta	291,1	324,9	359,6	423,1	442,1	462,0
71 Aposentadorias e Reformas	242,7	288,6	446,3	477,9	499,4	521,9
72 Pensões	147,9	144,7	225,5	290,0	303,1	316,7
73 Obrigações Patronais	395,9	343,0	329,1	362,1	398,3	398,3
74 Sentenças Judiciais	17,9	14,4	11,1	11,5	12,1	12,7
75 Despesas de Exercícios Anteriores	49,4	50,1	67,3	69,0	72,0	75,0
76 Indenizações Restituições Trabalhistas	8,7	0,5	26,6	0,5	0,5	0,6
77 Outras	260,5	290,8	346,0	398,7	396,7	432,5
78 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	119,4	154,8	186,6	135,9	178,6	253,3
79 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.555,0	4.281,1	4.659,0	4.763,5	5.210,5	5.412,9
81 Transferências à União	4,8	8,7	12,5	4,4	4,6	4,9
82 Transferências a Municípios	1.252,0	1.568,1	1.682,0	1.806,8	1.951,6	2.016,3
83 Distribuição de Receitas(Constitucional)	1.205,9	1.524,0	1.641,7	1.771,8	1.914,6	1.977,7
84 Outras	46,0	44,1	40,3	35,0	37,0	38,6
85 Perda Líquida FUNDEF/FUNDEB	327,9	374,7	447,3	464,9	491,0	513,1
86 Outras Transferências	199,6	248,9	252,3	205,8	217,3	227,1
87 Aplicações Diretas	1.770,8	2.080,7	2.264,8	2.281,6	2.545,9	2.651,5
88 Material de Consumo	403,3	467,4	438,1	296,7	413,5	427,6
89 Outros Serviços de Terceiros	928,5	1.045,3	1.145,0	1.252,0	1.374,5	1.431,8
90 Locação de Mão-de-Obra	117,6	134,6	151,7	250,0	261,3	273,0
91 Sentenças Judiciais	0,0	0,6	1,9	0,5	0,5	0,6
92 Despesas de Exercícios Anteriores	10,7	54,7	84,0	25,0	26,4	27,6
93 Outras	310,7	378,0	443,9	457,4	469,8	490,9
94 DESPESAS DE CAPITAL	1.901,8	1.971,9	1.864,1	2.021,1	2.785,9	2.115,0
95 INVESTIMENTOS	1.703,0	1.696,2	1.532,4	1.507,9	2.196,7	1.668,5
96 Transf. à União	6,4	16,3	36,9	30,0	31,7	33,1
97 Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
98 Transf. a Municípios	13,7	73,7	70,4	107,9	116,2	121,4
99 Contribuições(Constitucionais)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
100 Outras	13,7	73,7	70,4	107,9	116,2	121,4
101 Outras transferências	26,1	11,7	4,2	2,3	2,4	2,5
102 Aplicações Diretas	1.656,8	1.594,6	1.420,9	1.367,7	2.046,4	1.511,5
103 Obras e Instalações	1.395,3	1.257,2	1.133,5	1.167,7	1.854,0	1.310,4
104 Equipamentos e Material Permanente	134,6	138,9	143,2	90,0	94,1	98,3
105 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
106 Outras	127,0	198,4	144,2	110,0	98,4	102,8
107 INVERSÕES	43,1	113,1	82,9	25,0	26,4	27,6
108 Transferências	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0
109 Aplicações Diretas	43,1	113,1	75,2	25,0	26,4	27,6
110 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
111 Aquisição de Imóveis	19,4	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0
112 Aquisição de Títulos de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
113 Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	23,7	106,3	75,2	25,0	26,4	27,6
114 Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
115 Outras	(0,0)	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
116 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	155,7	162,6	248,9	488,2	562,8	418,9
117 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: AMAZONAS

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
118 RLR	5.522,6	6.608,8	7.688,2	7.983,9	8.460,4	8.845,7
119 Desp_SAN_SIST_FIN_BANCOS_excluída_da_Desp_Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
120 SAN_DO_SIST_FINANC_BANCOS_Operação_de_Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121 CAPITALIZAÇÃO_DO_FAP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
122 FAP_EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123 PESSOAL_Adm. Indireta	291,1	324,9	359,6	423,1	442,1	462,0
124 PESSOAL_Poderes	330,9	385,9	471,0	550,2	575,0	600,9
125 PESSOAL_Legislativo	109,6	120,6	144,6	158,2	165,3	172,7
126 PESSOAL_Judiciário	221,3	265,3	326,3	392,1	409,7	428,1
127 Déficit Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
128 Transferencia Constitucional aos Municípios	1.205,9	1.524,0	1.641,7	1.771,8	1.914,6	1.977,7
129 Transf Volunt p/ atender Desp Capital (nã lançadas em Convênios) (RLR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130 Fundo de Combate a Pobreza - ICMS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
131 Fundo de Combate a Pobreza - Doações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
132 Fundo de Combate a Pobreza - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
133 Recurso da Gestão Plena de Saúde (a ser excluído da RLR)	336,6	358,8	379,0	393,9	416,1	434,8
134 Recurso Receitas acessórias p/ o FUNDEF/FUNDEB (excluir da RLR)	12,4	2,5	3,6	3,7	4,0	4,1

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (LEI Nº 9496/97)

ESTADO: AMAZONAS

2009 A 2011: REALIZADO

2012 A 2014: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITA REALIZADA	8.792	10.066	11.052	11.946	13.851	13.509
(-) ART. 5º DA LEI 10.195/01	690	837	928	1.008	1.092	1.145
RECEITA REALIZADA LÍQUIDA	8.102	9.228	10.124	10.938	12.759	12.365
(-) RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	855	515	212	734	1.903	1.042
(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	25	0	2	1	1	1
(-) RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS OU DE DOAÇÕES COM O FIM ESPECÍFICO DE ATENDER DESPESAS DE CAPITAL	150	219	200	54	64	64
(-) DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS POR PARTICIPAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	1.206	1.524	1.642	1.772	1.915	1.978
(-) GESTÃO PLENA DE SAÚDE	337	359	379	394	416	435
(+) Transferências de Convênio da Administração Indireta	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes em rb	(5)	(3)	(1)	0	0	0
(+) Exclusão da Gestão Plena de Saúde	0	0	0	0	0	0
(+) diferença entre o cálculo oficial da RLR e o cálculo considerando os dados de balancete	0	0	0	0	0	0
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS CORRENTES)	5.523	6.609	7.688	7.984	8.460	8.846
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2011*)			7.801	7.804	7.830	7.834

PARA CADA EXERCÍCIO, A RECEITA LÍQUIDA REAL REFERE-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*DEFLACIONAMENTO PELO IGP-DI

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

AMAZONAS

2011 : REALIZADO

2012 A 2014: PROJEÇÕES

R\$ 1,00 DE DEZEMBRO DE 2011

DISCRIMINAÇÃO	2011	2012	2013	2014
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	3.302.189.898	3.542.129.411	4.782.757.225	5.334.749.912
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	3.297.020.565	3.537.656.789	4.779.022.848	5.331.798.041
1.1.1 CONTRATUAL	3.297.020.565	3.537.656.789	4.779.022.848	5.331.798.041
Interna	2.613.657.941	2.621.778.580	3.287.064.135	3.397.735.030
DÍVIDAS COM A UNIÃO	2.613.657.941	2.621.778.580	3.287.064.135	3.397.735.030
BIB	0	0	0	0
Clube de Paris	0	0	0	0
DMLP	168.668.932	155.694.398	142.719.865	129.745.332
Lei nº 7976/89	0	0	0	0
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0
Parcelamento INSS após 01.12.1992	2.174.236	434.847	0	0
Lei nº 8727/93	669.805.875	383.365.213	79.021.997	0
Lei 8.727/93 GOVERNO IGPM	31.744.220	18.174.996	3.747.336	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TJLP	6.119.672	3.503.788	722.414	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TR	230.457.823	131.947.487	27.205.044	0
Lei 8.727/93 Outros	401.484.160	229.738.941	47.347.203	0
Lei nº 9496/97	519.865.159	500.831.519	480.623.926	459.169.972
Principal	15.023.447	14.473.398	13.889.424	13.269.432
PROES Extralimite	0	0	0	0
Conta Gráfica Estoque	0	0	0	0
PROES Intralimite	504.841.712	486.358.120	466.734.501	445.900.540
Precatórios	0	0	0	0
CEF	350.984.030	445.858.923	965.486.702	1.315.940.947
Parcelamento PIS/PASEP	12.424.278	8.884.179	5.838.175	2.792.171
Banco do Brasil	0	0	0	0
BNDES	889.735.432	1.126.709.501	1.613.373.471	1.490.086.608
Outros Bancos Federais	0	0	0	0
Demais dívidas com a União	0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0
com Bancos Estaduais	0	0	0	0
com Bancos Privados	0	0	0	0
Demais	0	0	0	0
Externa	683.362.624	915.878.208	1.491.958.713	1.934.063.011
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	1.416	1.065	710	355
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	683.361.208	915.877.143	1.491.958.002	1.934.062.656
1.1.2 MOBILIÁRIA	0	0	0	0
1.2 ADM INDIRETA - CUSTEADA (FONTE TESOURO)	5.169.333	4.472.622	3.734.377	2.951.871
2 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR (d)	0	461.598.196	1.877.546.449	2.673.762.959
Internas	0	269.247.213	1.083.211.083	1.398.957.797
Externas	0	192.350.983	794.335.366	1.274.805.162
3 DÍVIDA FINANCEIRA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar(1- 2)	3.302.189.898	3.080.531.215	2.905.210.776	2.660.986.952
Inclusive Operações de Crédito A Contratar(1)	3.302.189.898	3.542.129.411	4.782.757.225	5.334.749.912
4 RECEITA LÍQUIDA REAL CORRIGIDA	7.801.481.585	7.803.916.527	7.829.700.936	7.833.727.982
5 RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR CORRIGIDA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar	0,42	0,39	0,37	0,34
Inclusive Operações de Crédito A Contratar	0,42	0,45	0,61	0,68

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DISCRIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado: AM
 Em R\$ Mil de 31/12/2011

Classificação	Contrato	Entidade Financeira	2012	2013	2014	2015	2016	Total
1.1.2	CONSTRUÇÃO ARENA AMAZONIA - INSUMO IMPORT	KFW	14.069	79.722				93.790
1.1.2	PADEAM-PROG.ACCELERACAO DESENVOLVIMENTO ENSINO	BID		69.700	87.176	63.355	63.355	283.586
1.1.2	PRG SÓCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPES DO INTERIOR	CAF		58.619	58.619	58.619	58.619	234.475
1.1.2	PRG.SOCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPES DO INTERIOR	BID		93.790	93.790	93.790	93.790	375.160
1.1.2	PROFISCO	BID		4.410	10.500	9.120		24.030
1.1.2	PROGR.MELHORIAS E EXPANSÃO SIST.VIARIO MANAUS	CAF	10.000	59.791	59.791	89.687	19.896	239.165
1.1.2	PROGRAMA DE SANEAMENTO INTEGRADO DE MAUÉS/AM	BID	17.296	20.348	4.243	4.070		45.957
1.1.2	PROGRAMA SOCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS	CAF	12.310	24.620	24.620	36.930		98.480
1.1.2	PROSAMIM III - BACIA DE SÃO RAIMUNDO	BID	138.677	150.000	105.175	112.636	18.736	525.224
1.1.3	PROSAMIM SUPLEMENTAR 2	BID		46.895	46.895	46.895		140.685
1.1.3	DES. SUST. DO ALTO SOLIMÕES 1A. FASE - EX ZONA FRA	BIRD	13.182	5.038				18.219
1.1.3	PROSAMIM (2A FASE)	BID	34.653					34.653
1.1.3	PROSAMIM I - COMPLEMENTAÇÃO	BID	12.180					12.180
1.2.2	AVENIDA DAS TORRES - AM 010	CAIXA		16.800	16.800	8.400		42.000
1.2.2	DIGITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TEC. FUNTEC	BNDES	5.250	5.250	4.800			15.300
1.2.2	PROINVESTE (RES. CMN N. 4.109/2012)	BNDES	206.997	310.496				517.493
1.2.2	PROJETO AÇÕES DO ENTORNO LIGACÃO MANAUS-MANACAPURU	BNDES	32.000	90.586	41.414			164.000
1.2.2	PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA - FASE II	CAIXA	5.000	13.585	22.170			40.755
1.2.2	PROJETO MONOTRILHO	CAIXA	10.000	190.000	85.000	165.000	150.000	600.000
1.2.2	PROJETO MONOTRILHO CONTRAPARTIDA PROPAC	CAIXA	10.000	190.000	172.000	214.000	214.000	800.000
1.2.3	CEF/PRO-SANEAMENTO	CAIXA	4.198					4.198
1.2.3	CONSTRUÇÃO DA ARENA DA AMAZÔNIA	BNDES	110.000	200.582				310.582
1.2.3	PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA NA CAPITAL	CAIXA	10.000	100.000	90.000			200.000
1.2.3	PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA - FASE I	CAIXA	26.360					26.360
1.2.3	PROMORADIA 1 - CONJ. HAB. OZIAS MONTEIRO I E II	CAIXA	6.756					6.756
1.2.3	PROMORADIA 2 - CJ HAB DOS SERVIDORES	CAIXA	26.596	31.250				57.846
1.2.3	SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA DE MANAUS (PROAMA)	CAIXA	12.114					12.114
Total			717.636	1.761.481	922.993	902.501	618.396	4.923.007

S - Situação

- 1 - A contrair, enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01.
- 2 - A contrair, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.
- 3 - Em execução.
- 4 - A contrair, não enquadrada nas regras de exceção acima referidas.

Classificação (3 dígitos) T O S

T - Trilidade

1 - Tesouro Estadual

2 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual

3 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas

O - Origem do Crédito

1 - Externo

2 - Interno

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
MONTANTES TOTAIS

		Estado: AM					
		Em R\$ Mil de 31/12/2011					
Classificação	Discriminação	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
	TOTAL	717.636	1.761.481	922.993	902.501	618.396	4.923.007
1.X.X	Tesouro Estadual	717.636	1.761.481	922.993	902.501	618.396	4.923.007
2.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual						
3.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas						
X.1.X	Externas	252.366	612.932	490.809	515.101	254.396	2.125.603
X.2.X	Internas	465.270	1.148.549	432.184	387.400	364.000	2.797.404
X.X.0	A contratar, enquadrada na regra de exceção prevista no § 7º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01.						
X.X.1	Operações de Crédito, A Contratar, enquadrada na excepcionalidade prevista no § 8º do art. 7º da resolução SF nº 43/01						
X.X.2	- A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	461.598	1.424.611	832.993	902.501	618.396	4.240.099
X.X.3	Operações de Crédito em Execução	256.038	336.870	90.000			682.908
X.X.4	A Contratar, não enquadrada nas exceções previstas no § 8º do art. 7º da Resolução SF nº 43/01 e no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01 com redação dada pela Resolução nº 4.133/12 ambas do CMN.						
1.1.2	Tesouro Estadual, Externas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	192.351	607.894	490.809	515.101	254.396	2.060.551
1.1.3	Tesouro Estadual, Externas, Operações de Crédito em Execução	60.015	5.038				65.052
1.2.2	Tesouro Estadual, Internas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.133/12, ambas do CMN.	269.247	816.717	342.184	387.400	364.000	2.179.548
1.2.3	Tesouro Estadual, Internas, Operações de Crédito em Execução	196.023	331.832	90.000			617.855

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ESTIMATIVA DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Estado: AM
Em R\$ 1,00 de 31/12/2011

CLASSIFICAÇÃO	CONTRATO	INSTIT. FINANC.	TOTAL DE LIBERAÇÕES	TAXA	JUROS	PERIODICIDADE	DATA JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	CARÊNCIA	AMORTIZAÇÃO	PRAZOS	TOTAL	PERIODICIDADE
1.2.2.	AVENIDA DAS TORRES - AM 010	CAIXA	42.000.000	LIBOR 6m_aa + 8,5 a.a		mensal	1/12/2012	TR_am	24	216	240		mensal
1.1.2.	CONSTRUÇÃO ARENA AMAZONIA - INSUMO IMPORT	KFW	93.790.000	TJLP_aa + 2,21 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	1	19	20		semestral
1.2.2.	DIGITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TEC. FUNTEC	BNDES	15.300.000	TJLP_aa + 2,15 a.a		mensal	1/12/2012	TJLP_aa	12	108	120		mensal
1.1.2.	PADEAM-PROG.ACCELERACAO DESENVOLVIMENTO ENSINO	BID	283.586.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.1.2.	PRG SOCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPES DO INTERIOR	CAF	234.475.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.1.2.	PRG SOCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPES DO INTERIOR	BID	375.160.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.1.2.	PROFISCO	BID	24.030.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2013	CAMBIO	4	46	50		semestral
1.1.2.	PROGR.MELHORIAS E EXPANSAO SIST.VIARIO MANAUS	CAF	239.164.500	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.1.2.	PROGRAMA DE SANEAMENTO INTEGRADO DE MAUES/AM	BID	45.957.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.1.2.	PROGRAMA SOCIO-AMBIENTAL DOS IGARAPES DE MANAUS	CAF	98.479.501	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.2.2.	PROINVESTE (RES. CMN N.4.109/2012)	BNDES	517.493.033	TJLP_aa + 1,1 a.a		trimestral	1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
1.2.2.	PROJETO AÇÕES DO ENTORNO LIGAÇÃO MANAUS-MANACAPURU	BNDES	164.000.000	TJLP_aa + 2,3 a.a		trimestral	1/12/2014	TJLP_aa	24	216	240		mensal
1.2.2.	PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA - FASE II	CAIXA	40.755.198	3,4 a.a		mensal	1/12/2012	TJLP_aa	12	108	120		mensal
1.2.2.	PROJETO MONOTRILHO	CAIXA	600.000.000	8,5 a.a		mensal	1/12/2012	TJLP_aa	1	88	89		mensal
1.2.2.	PROJETO MONOTRILHO CONTRAPARTIDA PROPAC	CAIXA	800.000.000	8,5 a.a		mensal	1/12/2012	TR_am	24	216	240		mensal
1.1.2.	PROSAMIM III - BACIA DE SÃO RAIMUNDO	BID	525.224.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/12/2012	TR_am	24	216	240		mensal
1.1.2.	PROSAMIM SUPLEMENTAR 2	BID	140.685.000	LIBOR 6m_aa + 1,85 a.a		semestral	1/3/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral
							1/12/2012	CAMBIO	10	40	50		semestral

TERMO DE ENTENDIMENTO TÉCNICO ENTRE O ESTADO DO AMAZONAS E A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

O Estado do Amazonas (Estado) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda acordam os critérios, as definições e as metodologias de apuração, projeção e avaliação apresentadas a seguir, os quais serão aplicados no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado para o período 2012-2014.



OMAR JOSÉ ABDEL AZIZ

Governador do Estado do Amazonas



ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

Secretário do Tesouro Nacional



I – CRITÉRIOS GERAIS

ABRANGÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS CONSIDERADAS NO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL

O Programa considera a execução orçamentária relativa às administrações direta e indireta com todas as fontes de recursos do Estado, observado o ajuste relativo à apuração da despesa com inativos e pensionistas, a saber:

Quadro I - 1 – Demonstrativo das fontes de recursos do Estado

Fonte	Especificação
100	Recursos Próprios do Estado – Recursos ordinários
115	Alienação de Bens
116	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior
117	Contribuição para Infra-Estrutura Básica, Econômica e Social
121	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e DF
127	Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação
130	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE
140	Indenização pela utilização de recursos hídricos e exploração de recursos minerais
145	Recursos de Royalties sobre o petróleo
146	Recursos do FUNDEB
150	Outras Transferências de Recursos Federais
155	Recursos de Transferências Financeiras LC Nº 87/96
160	Recursos do Fundo de Fomento ao Turismo, Infra-Estrutura e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas – FTI
170	Recursos do Fundo de Fomento às Pequenas e Micro Empresas – FMPES
201	Recursos Diretamente Arrecadados
210	Acordos PEPSI COLA
211	Acordos RECOFARMA
212	Acordos VISTEON
213	Acordos MANAUS REFRIGERANTE
220	Transferências para investimentos em desenvolvimento social – AMBEV
230	Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
235	Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS Vinculados
240	Transferências de Recursos do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social)
250	Transferências de Recursos do FNDE
261	Fundo Financeiro - RPPS
262	Fundo Previdenciário - RPPS
271	Operações de Crédito Interna
275	Operações de Crédito Externa
280	Convênios
285	Outras Fontes
295	Doações de Entidades Internacionais
296	Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais
297	Doações para Programa Social de Desenvolvimento Humano

A partir desta revisão, passou a compor o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado os recursos da Amazonprev (Fundação Amazonprev: Fundo Previdenciário e Financeiro do Estado do Amazonas). Para efeitos do Programa serão excluídas as receitas e despesas previdenciárias do Amazonprev, provenientes das fontes 261 – Fundo Financeiro e 262 – Fundo Previdenciário. Dessa forma, serão incorporados aos resultados a despesa para a cobertura da insuficiência financeira do sistema previdenciário, cujo cálculo está descrito na seção de apuração e projeção da meta 3, bem como a contribuição patronal.

REGIMES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS RECEITAS E DESPESAS

As receitas serão consideradas segundo o regime de caixa e as despesas segundo o regime de competência.

Dada a abrangência das despesas do Programa, serão considerados os cancelamentos de restos a pagar (processados e não-processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º bimestre).

Os cancelamentos de restos a pagar serão realizados em conformidade com a orientação prevista no Manual de Demonstrativos Fiscais - 4ª. edição, pág 197, abaixo descrita:

O cancelamento de empenhos ou de despesas inscritas em restos a pagar, mesmo não-processados, é medida que requer avaliação criteriosa. A LRF não autoriza nem incentiva a quebra de contratos celebrados entre a Administração Pública e seus fornecedores e prestadores de serviços. Assim, embora seja penalizado o gestor irresponsável que deixa de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei, isto não significa que o gestor possa lesar o fornecedor de boa fé.

ÍNDICE DE PREÇOS

Para todos os efeitos, o índice de preços utilizado no Programa é o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) apurado pela Fundação Getúlio Vargas. Ao se tratar de fluxos de receitas e despesas, serão utilizados índices médios anuais. No caso de estoques de dívida, os índices acumulados ao final de cada exercício.

II – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO PROGRAMA

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Montante da receita proveniente da conversão em espécie de bens e direitos, decorrente de sua alienação total ou parcial, inclusive por meio de privatização.

AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDA

Despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida financeira, discriminadas entre intralimite e extralimite.

As amortizações intralimite referem-se às dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais são consideradas extralimite.

ATRASOS / DEFICIÊNCIA

Montante da diferença entre a necessidade de financiamento bruta e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos). Valores positivos são indicativos de insuficiência de fontes de financiamento, acarretando a necessidade de utilizar disponibilidades financeiras de exercícios anteriores ou de incorrer em postergação do pagamento de compromissos. Valores negativos indicam que a receita líquida e as fontes de financiamento foram mais do que suficientes para honrar as despesas financeiras e não financeiras. Uma vez que tais despesas são

apuradas pelo regime de competência, não há correspondência plena com as disponibilidades de caixa geradas no exercício.

CAPITALIZAÇÃO DE FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Montante das despesas correspondentes ao repasse de recursos destinados à capitalização de fundo de previdência.

CONTA GRÁFICA

Montante correspondente à amortização extraordinária prevista no contrato de refinanciamento da dívida ao amparo da Lei nº 9.496/97 e seus termos aditivos.

DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários – 4ª. Edição, pág. 61)

DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS A MUNICÍPIOS

Montante das despesas com transferências constitucionais e legais para Municípios, correspondente à repartição das receitas (principal e acessórias) de ICMS, IPVA, IPI-Exportação e CIDE.

O montante das demais despesas com transferências a Municípios compõe as outras despesas correntes e de capital (OCC).

DESPESAS NÃO FINANCEIRAS

Montante das despesas orçamentárias empenhadas (equivalentes ao somatório das despesas liquidadas e restos a pagar não processados), excluídas as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios, encargos e amortização de dívidas, aquisição de títulos de crédito, capitalização de fundos previdenciários e despesas para financiar o saneamento de bancos estaduais.

DÍVIDA FINANCEIRA

Saldo das dívidas assumidas por meio de contrato ou de emissão de títulos, exigíveis no curto ou no longo prazo, na posição de 31 de dezembro, em que o mutuário é o Estado. São considerados também os saldos das dívidas da administração indireta honradas pelo Tesouro do Estado, independentemente de terem sido assumidas formalmente.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à composição e à abrangência.

Para os fins do Programa não estão incluídas na dívida financeira as operações realizadas por antecipação de receitas orçamentárias (ARO), liquidadas dentro do mesmo exercício em que sejam contratadas.

FINANCIAMENTO PARA SANEAMENTO DE BANCOS ESTADUAIS

Montante correspondente à receita decorrente de operação de crédito para saneamento do sistema financeiro estadual e da subsequente despesa com o repasse de recursos às entidades financeiras beneficiadas.

INVERSÕES

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 4ª. Edição, pág. 62).

INVESTIMENTOS

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte I, Procedimentos Contábeis Orçamentários - 4ª. Edição pág. 61).

JUROS

Montante correspondente à despesa com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida financeira, discriminado entre intralimite e extralimite.

Os juros intralimite correspondem aos juros das dívidas especificadas no art. 6º da Lei nº 9.496/97, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001. As demais despesas com juros são consideradas extralimite.

Os juros extralimite são apresentados deduzidos das receitas financeiras.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO BRUTA

Montante correspondente ao somatório dos valores da necessidade de financiamento líquida, da despesa com amortizações de dívida e da despesa com capitalização de fundos previdenciários. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos mais do que suficientes para as referidas obrigações.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LÍQUIDA

Montante necessário para o pagamento dos juros, após a dedução do valor apurado de resultado primário. Valores positivos indicam necessidade adicional de recursos para manter a adimplência com esses compromissos. Valores negativos mostram que foram gerados recursos suficientes tanto para o pagamento dos encargos como para o pagamento, pelo menos parcial, das amortizações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Recursos provenientes de compromissos do Tesouro Estadual com credores situados no país ou no exterior, decorrentes de financiamentos, empréstimos ou colocação de títulos.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES (ODC)

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa não financeira (pessoal e sentenças judiciais).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (OCC)

Montante equivalente à diferença entre as despesas não financeiras e as despesas com pessoal. As outras despesas correntes e de capital (OCC) são subdivididas em investimentos, inversões, sentenças judiciais e outras despesas correntes.

Inclui o montante das despesas com transferências a Municípios não consideradas como constitucionais e legais.

RECEITA BRUTA

Montante das receitas orçamentárias, excluídos os valores correspondentes a receitas financeiras, operações de crédito e alienação de ativos.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Montante decorrente da diferença entre os valores das receitas correntes e da despesa com transferências constitucionais e legais a Municípios.

Difere do conceito da Lei Complementar nº 101/00 quanto à abrangência e quanto à metodologia de cálculo.

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

Montante da receita correspondente ao somatório das receitas tributárias (exceto o Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado), de contribuições, patrimoniais (exceto as financeiras), agropecuárias, industriais, de serviços (exceto as financeiras), outras receitas correntes, amortizações de empréstimos e outras receitas de capital.

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

Montante das receitas de transferências correntes e de capital acrescido do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado.

As receitas de transferências relativas ao FPE, ao IPI-Exportação e à Lei Complementar nº 87/96 consideram o valor integral sobre o qual incide a dedução para o FUNDEB.

RECEITAS FINANCEIRAS

Correspondem às receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados, outras receitas de valores mobiliários e receitas de serviços financeiros.

RECEITA LÍQUIDA

Receita resultante da diferença entre os montantes de receita bruta e de despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

RECEITA LÍQUIDA REAL

Receita definida na Lei nº 9.496/97, no contrato de refinanciamento de dívida com a União, efetuado ao seu amparo, na Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, com redação dada pela Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, e no art. 83 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, utilizada para calcular: (a) a relação dívida financeira / RLR (meta 1 do Programa), (b) o serviço da dívida refinanciada, na eventualidade de ser observado o limite de dispêndio previsto no contrato, (c) a relação outras despesas correntes / RLR (compromisso da meta 5 do Programa), e (d) a relação despesas de investimentos / RLR (meta 6 do Programa).

A RLR corresponde ao montante da receita realizada deduzidos:

as receitas de operações de crédito;

as receitas de alienação de bens;

as receitas de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital;

as receitas de transferências de que trata o art. 83 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; os recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07;

os recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Saúde a título de Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde, conforme previsto no Parecer PGFN/CAF nº 1.331, de 31 de agosto de 2004; e,
as despesas com transferências constitucionais e legais aos Municípios.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

São classificados como receita orçamentária todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias. Não fazem parte da receita orçamentária as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, conforme art. 57 da Lei nº 4.320/64.

Os fundos estaduais compõem a execução orçamentária da receita estadual.

RESULTADO PRIMÁRIO

Montante correspondente à diferença entre a receita líquida e as despesas não financeiras.

SENTENÇAS JUDICIAIS

Nas sentenças judiciais, serão consideradas as despesas registradas no elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais, resultantes de:

- a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT;
- b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do §3º do art. 100 da Constituição;
- d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares;
- e
- e) cumprimento de outras decisões judiciais. (Manual de Demonstrativos Fiscais – 4ª. Edição, pg. 380).

SERVIÇO DA DÍVIDA

Somatório dos pagamentos de juros, encargos e amortizações da dívida.

III – METODOLOGIA GERAL DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

PROJEÇÃO

Os montantes projetados de receitas e despesas são resultantes de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN.

APURAÇÃO DOS DADOS

Os valores de receitas e despesas, expressos a preços correntes, são extraídos de balancetes mensais do Estado e compatibilizados com o balanço anual.

Os valores das receitas da Gestão Plena de Saúde fornecidos pelo Estado serão conciliados com as informações contidas na página da internet do Fundo Nacional de Saúde (endereço: <http://www.fns.saude.gov.br/consultaFUNDOafundo.asp>).

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS E COMPROMISSOS

A avaliação do cumprimento será efetuada anualmente. Os valores realizados serão apurados utilizando-se a mesma metodologia adotada para a projeção das metas e compromissos do Programa.

À exceção da meta 1, mesmo que determinados valores tenham sido projetados a partir da adoção de hipóteses e parâmetros estimativos, não haverá qualquer ajuste de metas decorrente de discrepâncias com as hipóteses e parâmetros efetivamente observados, salvo por erro material. Logo, as metas estabelecidas a preços correntes ou percentuais de receita serão consideradas fixas.

DADOS, INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO ESTADO

O Estado compromete-se a encaminhar, segundo as respectivas periodicidades, os seguintes dados, informações e documentos:

Demonstrativo da Execução Orçamentária (incluir a informação da conta 512170101 e 512170103 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poder Executivo e Assembleia Legislativa – Concedido) - mensalmente;

Demonstrativo da Receita e Despesa da Amazonprev (incluir a informação da conta 612170101 e 612170103 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poder Executivo e Assembleia Legislativa – Recebido) - mensalmente;

Quadro 1.27 - Demonstrativo das receitas relativas à Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde – mensalmente;

Quadro 1.18.a - Demonstrativo das despesas com pessoal e encargos - mensalmente (de acordo com o modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas);

Quadro 1.10.a - Demonstrativo quadrimestral do saldo e do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado;

Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida estadual – anualmente;

Balanco Geral do Estado – anualmente;

Relatório sobre a Execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa) – anualmente.

Documento comprobatório especificando que o pagamento do serviço da dívida da Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (COSAMA) com a Caixa, foi efetuado com recursos próprios da empresa e não com recursos do tesouro estadual – anualmente;

ASPECTOS ESPECÍFICOS

Fundos Públicos

Os demonstrativos da execução orçamentária da receita e da despesa, inclusive para a apuração da RLR, incluirão as receitas e despesas de fundos estaduais constituídos para a condução de programas e projetos de responsabilidade do Tesouro Estadual, tais como políticas sociais, investimentos em infraestrutura econômica, incentivo ou auxílio financeiro ao setor privado.

Sentenças Judiciais/Precatórios

O Estado não fez opção para pagamento conforme Emenda Constitucional nº 62/2009. O sistema de pagamento dos precatórios no Estado é feito conforme a entrada dos processos e artigo nº 100 da Constituição Federal, sendo realizado pelo poder executivo.

O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2011 é de R\$5.565 mil que será pago em 2012 conforme artigo nº 100 da Constituição Federal. Em 2011, o Estado desembolsou um montante de R\$ 12.989 mil em pagamento de precatórios, registrados nas seguintes contas:

3.1.90.91 – Pessoal – Sentenças Judiciais – R\$ 11.055 mil

3.3.90.91 – Outras Despesas Correntes – Sentenças Judiciais – R\$ 1.934 mil.

Recebimentos de dívida ativa

No que se refere aos recebimentos de dívida ativa em bens e direitos, deve ser observado o item 03.05.08 da Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, que assim estabelece:

Os recebimentos em bens ou direitos que configurem a quitação de Dívida Ativa, nos termos previstos em textos legais, devem refletir-se pela baixa do direito inscrito em Dívida Ativa e reconhecimento de receita orçamentária, bem como a incorporação do bem ou direito correspondente com reconhecimento de despesa orçamentária, independentemente de sua destinação, caso esta transação esteja especificamente consignada no Orçamento-Geral do ente. Qualquer que seja a forma de recebimento da Dívida Ativa não poderá acarretar prejuízos na distribuição das receitas correspondentes.

O registro será pelo valor do bem recebido, nos termos do auto de arrematação/adjudicação na hipótese de leilão; ou do laudo de avaliação na hipótese de dação em pagamento.

Despesas não empenhadas

A avaliação de cumprimento de metas do Programa incluirá, mesmo que não empenhadas e não pagas pelo Estado, as despesas com pessoal, serviço da dívida, transferências constitucionais e legais a municípios, transferências de recursos ao FUNDEB e sentenças judiciais, de competência do exercício.

Não obstante o que preceitua o art. 60 da Lei nº 4.320/64, serão também computadas eventuais despesas não empenhadas, mas que tenham sido pagas no exercício (despesas a regularizar).

Apuração do FUNDEB

Para efeitos do Programa, inclusive para apuração da RLR, os impactos do FUNDEB sobre os fluxos de receitas e despesas obedecerão ao seguinte procedimento:

Serão desconsideradas as rubricas de deduções da receita para o FUNDEB (contas redutoras).

Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB, exceder, no exercício, os valores repassados ao Fundo, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da receita realizada.

Na eventualidade de a participação do Estado no conjunto de receitas do FUNDEB (exclusive eventual complementação da União), contabilizada na rubrica 4.1.7.2.4.01.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB, ser inferior aos valores repassados ao FUNDEB, o montante dessa diferença comporá o valor apurado da despesa empenhada, sendo apropriada na rubrica 3.3.3.7.0.41.00 – Transferência a Instituições Multigovernamentais – Contribuições.

Em todos os casos, a complementação da União comporá a receita realizada.

O quadro abaixo sintetiza os procedimentos de apuração do FUNDEB, considerando o registro contábil efetuado pelo Estado.

r

el

Quadro III - 1 – Demonstrativo da apuração do FUNDEB

Contribuição (A)	Retorno (B)	Ganho/Perda (A - B)
9.0.0.0.00.00- Dedução da Receita	1.7.2.4.01.00 – Transferências De Recursos do FUNDEB	Se $A > B \Rightarrow$ Perda – Será contabilizada como Despesa , discriminada como outras despesas correntes, no Anexo I - Planilha Gerencial
		Se $A < B \Rightarrow$ Ganho – Será contabilizado como Receita , discriminada como outras receitas de transferências, no Anexo I - Planilha Gerencial

IV – DESCRIÇÃO DAS METAS E ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

META 1 – RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

Manter a dívida financeira total do Estado (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Estado não liquidar o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Os índices referentes à relação D/RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2011; o superior acresce à dívida do índice inferior as receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes.

A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Quanto à Dívida Financeira

Projeção

Origem dos dados

A projeção dos saldos devedores e do serviço da dívida financeira é feita a partir das informações do quadro 1.17 – Demonstrativo das Condições Contratuais das Dívidas do Tesouro Estadual, conforme modelo estabelecido em Termo de Referência das Missões Técnicas.

A dívida financeira projetada incorpora as estimativas de receitas de operações de crédito, internas e externas, contratadas e a contratar, previstas no Anexo V do Programa, expressas em reais, a preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Essas estimativas são provenientes do quadro 1.21.a – Demonstrativo das Liberações das Operações de Crédito Contratadas e a Contratar, conforme modelo estabelecido em Termo de Referência das Missões Técnicas.

Conciliações

Os saldos devedores das dívidas na posição de dezembro do último exercício findo informados no quadro 1.17 são conciliados com as informações do Balanço Geral e do RGF do 3º quadrimestre. No caso das dívidas refinanciadas pela União, a conciliação também é feita com as informações da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece o valor informado pela COAFI.

Os dados do quadro 1.21.a subsidiam a elaboração do Anexo V do Programa.

Dívidas da Administração Indireta

Para efeito de projeção do saldo devedor, compõem a dívida financeira total do Estado as seguintes dívidas de entidades da administração indireta:

Quadro IV - 1 – Dívidas formalmente assumidas pelo Tesouro Estadual

Entidade	Especificação	Saldo Devedor R\$ 1,00 dez/11
Sociedade de Habitação do Amazonas – SHAM	Lei nº 8.727/93	134.976.468,32
Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas – IPASEA	Lei nº 8.727/93	266.507.691,45
Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas (COSAMA).	DMLP	50.796.772,39
TOTAL		452.280.932,16

Quadro IV - 2 – Dívida não assumida formalmente pelo Tesouro Estadual

Entidade	Especificação	Saldo Devedor R\$ 1,00 dez/11
Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB	Caixa	5.169.333,04

Ajustes na projeção para avaliação

Para efeito de avaliação, a projeção da dívida financeira será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, o seguinte procedimento:

- sobre a projeção do estoque das dívidas sujeitas à variação cambial, aplica-se o multiplicador correspondente à variação real do câmbio. A fórmula do multiplicador é: $(\text{Taxa de câmbio do exercício avaliado} / \text{Taxa de câmbio do exercício base para projeção}) / (1 + \text{variação percentual do IGP-DI acumulado no período})$. As taxas de câmbio referem-se às de fechamento, de venda no último dia útil dos respectivos exercícios; e
- sobre as receitas de operações de crédito, substituem-se os valores projetados pelos realizados, os quais são obtidos a partir do quadro 1.21.b - Demonstrativo das Liberações de Operações de Crédito em 2011, conforme modelo estabelecido em Termo de Referência das Missões Técnicas. No caso de receitas de operações de crédito externas, o valor realizado será ajustado pela variação do câmbio correspondente ao período compreendido entre a liberação e o mês de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. No caso das operações de crédito internas, o valor realizado será deflacionado para preços constantes de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa.

Não haverá ajuste da dívida financeira decorrente de inadimplências contratuais.

Apuração

Origem dos dados

Para cada exercício, a dívida financeira a ser apurada corresponde ao saldo em 31 de dezembro. O serviço e o saldo realizados da dívida financeira são extraídos de:

Balancetes mensais compatibilizados com o balanço anual;

Quadro 1.10 - Demonstrativo quadrimestral do saldo e do serviço realizado da dívida da administração direta e indireta do Estado;

Quadro 1.17 - Demonstrativo das Condições Contratuais das Dívidas Financeiras do Tesouro Estadual (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas); e

Quadro 1.21.a - Demonstrativo das Liberações das Operações de Crédito Contratadas e a Contratar elaborado pelo Estado (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).

Conciliações

O serviço realizado e o estoque das dívidas refinanciadas pela União, informados pelo Estado, são conciliados com a informação da COAFI. Na eventualidade de discrepâncias não passíveis de conciliação, prevalece o valor informado pela COAFI. O serviço realizado também é conciliado com os registros dos juros e das amortizações do Balanço Geral.

O saldo devedor do INSS apurado pela Receita Federal do Brasil é de R\$ 396 milhões divergindo dos levantados pela Procuradoria Geral do Estado no valor de R\$ 400 milhões. Vale ressaltar que não consta no relatório da Receita Federal o detalhamento dos débitos. Por essa razão, para efeito de dívida financeira do Programa, é considerado o valor informado pelo Estado no Quadro 1.10.b - Demonstrativo das variações da dívida estadual.

Quanto à Receita Líquida Real

Projeção

Para a projeção dos três primeiros exercícios do Programa, a RLR será estimada para o período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços de dezembro do exercício anterior ao da elaboração do Programa. Tal projeção é decorrente de estimativas de responsabilidade do Estado, acordadas com a STN. Para a projeção dos demais exercícios, será aplicada uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

Ajustes na projeção para avaliação

Para efeito de avaliação, a projeção da RLR será ajustada levando-se em conta, além da correção de eventuais erros materiais, o seguinte procedimento:

- sobre o montante nominal projetado da RLR, substitui-se o IGP-DI médio anual projetado pelo realizado;

Apuração

A RLR apurada refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços constantes do mês de dezembro do ano avaliado.

Deduções

A apuração relativa à dedução de que trata o art. 5º da Lei nº 10.195/01, com redação dada pela Lei nº 11.533/07, é obtida a partir do total das receitas listadas após a aplicação dos percentuais apresentados no quadro a seguir:

Quadro IV - 3 – Dedução da RLR (Lei nº 11.533/07)

Base de Cálculo	Percentuais
ICMS (principal+acessórias)	15%*75%
FPE	15%
IPI	15%*75%
Lei Kandir	15%

As receitas provenientes das transferências obrigatórias de que trata a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 são classificadas pelo Estado na conta “2.4.2.1.99.01 - Programa de Aceleração de Crescimento - Lei nº 11.578/2007”. Tais receitas devem ser excluídas da base de cálculo da Receita Líquida Real, conforme art. 83 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Quanto à Relação Dívida Financeira / RLR

Avaliação

A avaliação do cumprimento da meta 1 dar-se-á pela comparação entre a meta ajustada e o resultado apurado.

META 2 – RESULTADO PRIMÁRIO

Estabelece os montantes relativos ao resultado primário, expressos a preços correntes, projetados para o triênio.

No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 – DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Estabelece a relação percentual entre os montantes projetados das despesas com pessoal e da receita corrente líquida (RCL), a qual deverá ser limitada a 60,00% em cada ano do triênio referido no Programa.

Para os fins do Programa não estão incluídas as seguintes despesas com pessoal:

- a) indenizações por demissão e com programas de incentivos à demissão voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
- b) decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais; e
- c) demais despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Projeção

A projeção das despesas com funcionalismo público deverá contemplar as doze folhas de pagamento de competência do exercício, o décimo-terceiro salário e o adicional de férias.

Apuração

Origem dos dados

As informações sobre a despesa com pessoal são extraídas do Demonstrativo da Execução Orçamentária, e do quadro 1.18.a - Demonstrativo das Despesas com Pessoal e Encargos, (conforme modelo estabelecido no Termo de Referência das Missões Técnicas).

Despesa com pessoal civil do Poder Executivo (Administração Direta / Indireta) e dos Demais Poderes

A despesa com pessoal civil do Poder Executivo (administração direta – inclusive defensoria pública – e administração indireta) e dos demais poderes corresponde à soma das seguintes contas: “Contratação por tempo determinado”, “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil” e “Outras despesas variáveis – pessoal civil”.

Despesa com pessoal militar

A despesa com pessoal militar da administração direta corresponde à soma das seguintes contas: “Vencimentos e vantagens fixas – pessoal militar” e “Outras despesas variáveis – pessoal militar”.

Despesa com Inativos e Pensionistas

O Estado institucionalizou, por meio da Lei Complementar nº 30, de 27 de dezembro de 2001, o regime próprio de previdência social (RPPS) de que trata a Lei nº 9.717/98. Sua gestão é de responsabilidade da Fundação AMAZONPREV, instituição com personalidade jurídica de direito público e vinculada como ente de cooperação governamental à Secretaria de Estado de Administração e Gestão (SEAD), por meio de contrato de gestão.

A partir de 2012, a AMAZONPREV teve sua natureza jurídica alterada passando a compor o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social por meio da Lei nº 3.727 de 23 de março de 2012.

O Estado optou pelo modelo de capitalização com segregação das massas, com a instituição de um Fundo Financeiro (FFIN) e outro Previdenciário (FPREV). O Fundo Financeiro, formado pelos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, é deficitário, enquanto que o Previdenciário, constituído dos servidores que ingressaram a partir de 1º janeiro de 2004, é superavitário.

Foram abrangidos pelo novo sistema de previdência os servidores civis e militares do Poder Executivo, e a partir de julho de 2012, os servidores da Assembleia Legislativa. Os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado não aderiram ao regime. As despesas com inativos e pensionistas registradas no balanço da AMAZONPREV referem-se às dos servidores do Poder Executivo e da Assembleia Legislativa. Quanto às despesas previdenciárias dos órgãos que não aderiram ao RPPS, os registros são efetuados nos próprios órgãos.

As retenções em folha dos servidores do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado são repassadas para a AMAZONPREV e são registrados na conta 2.1.1.4.9.01.00.00 – Depósitos de Terceiros, aguardando que os mesmos façam as suas adesões ao RPPS, se configurando em créditos para futuro encontro de contas. Já com relação aos servidores do Ministério Público, as retenções em folha não são repassadas para o AMAZONPREV.

A despesa com inativos e pensionistas deve corresponder ao custo do sistema previdenciário suportado pelo tesouro estadual. Para o Estado do Amazonas, esse custo refere-se à soma das insuficiências financeiras do fundo financeiro (FFIN) do Poder Executivo e Assembleia Legislativa, mais as despesas previdenciárias dos servidores dos demais poderes que não aderiram ao RPPS.

APURAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO FUNDO FINANCEIRO

Na apuração da insuficiência financeira, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Gestora 013301 – Fundação Amazonprev, consideram-se as seguintes informações extraídas do Balanço Consolidado na Fonte de Recurso 261 (Fundo Financeiro RPPS):

(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)

1. Contribuições Previdenciárias ao RPPS – soma das seguintes rubricas contábeis:

4.1.2.1.0.29.07 – Contribuição de Servidor Ativo Civil

4.1.2.1.0.29.08 – Contribuição de Servidor Ativo Militar

4.1.2.1.0.29.09 – Contribuição de Servidor Inativo Civil

4.1.2.1.0.29.10 – Contribuição de Servidor Inativo Militar

4.1.2.1.0.29.11 – Contribuição de Pensionista Civil

4.1.2.1.0.29.12 – Contribuição de Pensionista Militar

2. *Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS - Operações Intra-Orçamentárias* - soma das seguintes rubricas contábeis:

4.7.2.1.0.29.01 – Contribuição Patronal Ativo Civil

4.7.2.1.0.29.02 – Contribuição Patronal Ativo Militar

4.7.2.1.0.29.03 – Contribuição Patronal Inativo Civil

4.7.2.1.0.29.04 – Contribuição Patronal Inativo Militar

4.7.2.1.0.29.05 – Contribuição Patronal Pensionista Civil

4.7.2.1.0.29.06 – Contribuição Patronal Pensionista Militar

3. *Receita Patrimonial*

4.1.3.2.8.00.00 – Remuneração dos Investimentos do regime Próprio da Previdência

4. *Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS*

4.1.9.2.2.10.00 – Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS

4.1.9.2.2.99.00 – Outras Restituições

(II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):

3.3.1.9.0.01 – Aposentadorias e Reformas

3.3.1.9.0.03 – Pensões

(III) RESULTADO (SUFICIÊNCIA/INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Como as receitas previdenciárias são insuficientes para o pagamento das despesas com inativos e pensionistas, a cobertura da insuficiência financeira é realizada com o aporte complementar de recursos do tesouro estadual.

O registro do repasse desses recursos do tesouro estadual para o RPPS é contabilizado nas seguintes contas contábeis:

Contabilização da cobertura da insuficiência financeira no RPPS - Recebido

(IV) – RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

612170101 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poder Executivo

612170103 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poderes (Assembleia Legislativa)

Contabilização da cobertura da insuficiência financeira no Tesouro Estadual - Concedido

(V) – REPASSES PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RPPS

512170101 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poder Executivo

512170103 – Repasse para Cobertura de Insuficiência Financeira – Poderes (Assembleia Legislativa)

APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Na apuração da insuficiência financeira, referente à execução das receitas e despesas da Unidade Gestora 013301 – Fundação Amazonprev, consideram-se as seguintes informações extraídas do Balanço Consolidado na Fonte de Recurso 262 (Fundo Previdenciário RPPS):

(I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (1+2+3+4+5)

1. *Contribuições Previdenciárias ao RPPS* – soma das seguintes rubricas contábeis:

4.1.2.1.0.29.07 – Contribuição de Servidor Ativo Civil

4.1.2.1.0.29.08 – Contribuição de Servidor Ativo Militar

4.1.2.1.0.29.09 – Contribuição de Servidor Inativo Civil

4.1.2.1.0.29.10 – Contribuição de Servidor Inativo Militar

4.1.2.1.0.29.11 – Contribuição de Pensionista Civil

4.1.2.1.0.29.12 – Contribuição de Pensionista Militar

2. *Contribuições Previdenciárias Patronais ao RPPS - Operações Intra-Orçamentárias* - soma das seguintes rubricas contábeis:

4.7.2.1.0.29.01 – Contribuição Patronal Ativo Civil

4.7.2.1.0.29.02 – Contribuição Patronal Ativo Militar

4.7.2.1.0.29.03 – Contribuição Patronal Inativo Civil

4.7.2.1.0.29.04 – Contribuição Patronal Inativo Militar

4.7.2.1.0.29.05 – Contribuição Patronal Pensionista Civil

4.7.2.1.0.29.06 – Contribuição Patronal Pensionista Militar

3. *Receita Patrimonial*

4.1.3.2.8.00.00 – Remuneração dos Investimentos do regime Próprio da Previdência

4. *Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS*

4.1.9.2.2.10.00 – Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS

4.1.9.2.2.99.00 – Outras Restituições

5. *Outras Receitas Previdenciárias*

4.2.5.9.0.00.00 – Outras Receitas de Capital

(II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (soma das seguintes rubricas contábeis):

3.3.1.9.0.01 – Aposentadorias e Reformas

3.3.1.9.0.03 – Pensões

(III) RESULTADO (SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO) = (I) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – (II) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Eventual resultado financeiro superavitário não será considerado para fins do Programa.

Outras Despesas com Pessoal

As outras despesas devem corresponder à soma das demais rubricas de despesas com pessoal contabilizadas no grupo 1 (3.1.00.00.00) excetuadas: despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais e indenizações e restituições trabalhistas. Ressalte-se que as despesas com obrigações patronais também compõem as outras despesas com pessoal.

Não devem ser consideradas, no cálculo da despesa bruta com pessoal, as espécies indenizatórias, tais como ajuda de custo, diárias, auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-alimentação. As despesas indenizatórias são aquelas cujo recebimento possui caráter eventual e transitório, em que o Poder Público é obrigado a oferecer contraprestação por despesas extraordinárias não abrangidas pela remuneração mensal e realizadas no interesse do serviço, razão pela qual as indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. (Manual de Demonstrativos Fiscais – 4ª. Edição, pgs. 381 - 382)

Receita Corrente Líquida (RCL)

A RCL refere-se ao período de janeiro a dezembro de cada exercício, expressa a preços correntes. A projeção de receitas e despesas com transferências constitucionais e legais a municípios é de responsabilidade do Estado, acordada com a STN.

META 4 – RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

Estabelece os montantes anuais projetados das receitas de arrecadação própria, a preços correntes, para o triênio referido no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para efeitos do Programa, a receita do Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre valores pagos pelo Estado será considerada como receita de transferências.

META 5 – REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Estabelece compromissos anuais em termos de medidas ou reformas de natureza administrativa e patrimonial, que resultem em modernização, aumento da transparência e da capacidade de monitoramento de riscos fiscais, melhoria da qualidade do gasto e racionalização ou limitação de despesas.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

O compromisso referente ao Relatório do Programa será avaliado conforme os critérios de elaboração estabelecidos no Termo de Referência.

As receitas de alienação de ativos são apresentadas deduzidas das despesas de inversões financeiras relativas à aquisição de títulos de crédito.

META 6 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL

Estabelece os limites para a realização de despesas de investimentos, expressos como relação percentual da RLR a preços correntes, para os exercícios projetados no Programa.

ASPECTOS ESPECÍFICOS DA METODOLOGIA DE PROJEÇÃO, APURAÇÃO E AVALIAÇÃO

Aplicam-se os critérios metodológicos de projeção, apuração e avaliação, mencionados na meta 1, subitem “Quanto à Receita Líquida Real”, exceto que a RLR também é expressa a preços correntes.

V – DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

Atualização Anual

Independentemente de haver revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, cujos pleitos não tenham sido protocolados perante a STN¹ até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado e ajustado anualmente pela variação do IGP-DI, após a divulgação do referido índice.

O ajuste das operações de crédito orientar-se-á conforme os seguintes critérios:

a) para as operações internas: buscar-se-á manter os valores nominais anteriormente previstos no Anexo V da 13ª revisão do Programa; e

b) para as operações externas: buscar-se-á adequar os valores nominais aos correspondentes em moeda estrangeira, observando os valores recomendados pela COFIEIX ou os previstos no Anexo V da 13ª revisão do Programa.

Caso um pleito resulte na verificação de que o Estado não cumpre os limites e condições necessários à contratação, ou em caso de desistência formalizada, o saldo da operação de crédito correspondente receberá o mesmo tratamento das operações não protocoladas.

Atualização na Revisão do Programa

Por ocasião da revisão do Programa, o limite a contratar, em reais, para o montante das operações de crédito, internas e externas, não contratadas até 31 de dezembro do ano anterior, será atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior, sendo permitida a redistribuição dos montantes decorrentes dessa atualização. As operações contratadas até 31 de

¹ Referem-se aos pleitos para contratação de operações de crédito (verificação de limites e de condições) previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001.



dezembro do ano anterior serão excluídas do limite global a contratar pelo valor previsto no Anexo V.

Redistribuição das operações de crédito a contratar

Excepcionalmente, o Estado poderá manifestar-se formalmente solicitando a redistribuição das operações de crédito a contratar, observado limite global a contratar do Anexo V. Os saldos das operações cujos pleitos tenham sido protocolados perante a STN não poderão ser redistribuídos, salvo pedido formal de desistência encaminhado pelo Estado.

Verificação de limites e condições

Para fins de instrução de pleitos perante a STN, serão considerados os seguintes critérios:

- a) a proposta firme deverá apresentar especificações compatíveis, inclusive quanto à denominação, com as estimativas constantes no Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
- b) para as operações de crédito internas:
 - i. o montante a contratar será autorizado até o valor previsto no Anexo V do Programa na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
 - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar será autorizado até o valor atualizado pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito.
- c) para as operações de crédito externas:
 - i. o montante a contratar será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira, pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da assinatura do Programa; e
 - ii. no caso de pleito apresentado em ano subsequente ao da assinatura do Programa, o montante a contratar, após atualização pelo IGP-DI para a posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da análise do pleito, será autorizado até o valor convertido para a moeda estrangeira pela cotação de venda na posição de 31 de dezembro do ano anterior ao da referida análise.

O valor do financiamento previsto nas cartas-consulta submetidas à COFIEX deve guardar consonância com aquele previsto no Anexo V do Programa. Em caso de divergência, o Estado deverá adequar o montante da operação de crédito ao do Anexo V do Programa ou, alternativamente, redistribuir o valor da operação de crédito a contratar, conforme critérios definidos anteriormente.

Apuração do novo limite a contratar

Esta revisão do Programa estabeleceu como novo limite de contratação o montante de R\$ 4.240.099 mil, de acordo com os cálculos apresentados no quadro a seguir:

Quadro V - 1 – Demonstrativo do novo limite a contratar.

Item	Descrição da Origem do Saldo	Valor (R\$ mil)	Operação
A	Limite a contratar previsto na 12ª revisão do Programa	2.937.917	-
B	Operações contratadas em 2011	241.381	-
C	Atualização monetária do limite a contratar (*)	134.752	(A-B)xIGP-DI
D	Limite a contratar atualizado na posição de 31/12/2011	2.831.287	A-B+C
E	Acréscimo ao limite a contratar	1.408.812	-
F	Novo limite a contratar	4.240.099	D + E

(*) Fator de Atualização IGP-DI = $(IGP-DI \text{ (dez/2011)} \div IGP-DI \text{ (dez/2010)}) - 1 \Leftrightarrow (465,586 \div 443,427) - 1 = 0,0499721487415$ (variação positiva de 5,00% entre dez/2010 e dez/2011).

No quadro V - 2 constam as operações de crédito previstas na 12ª revisão do Programa que foram contratadas durante sua vigência e, portanto, não tiveram seus valores atualizados pelo IGP-DI nesta revisão do Programa.

Quadro V - 2 – Operações de crédito contratadas em 2011.

Projetos / Programas	Valor (R\$ mil)
Programa de Mobilidade Urbana na Capital	200.000
Projeto Minha Casa Minha Vida – Fase I	41.381
Total	241.381

As operações de crédito a contratar, que estavam previstas na 12ª revisão do Programa, mas que não foram contratadas durante a sua vigência, tiveram seus valores reposicionados, conforme quadro V - 3. Após as atualizações, os valores foram redistribuídos de acordo com a solicitação do Estado.

Quadro V - 3 – Operações de crédito não contratadas em 2011

Projetos / Programas	Valores em R\$ mil				
	(1) Valor Anterior (*)	(2) Valor Atualizado	(3) Diferença (2) – (1)	(4) Valor desta Revisão	(5) Diferença = (4) – (2)
Programa de Saneamento Integrado de Maués/AM	40.822	42.862	2.040	45.957	3.095
Programa Socio-Ambiental dos Igarapés de Manaus	87.476	91.847	4.371	98.480	6.633
Projeto de Ligação do Acesso da Ponte sobre o Rio Negro	153.811	161.497	7.686	0	(161.497)
Progr.Melhorias e Expansão Sist.Viário Manaus (*)	0	0	0	239.165	239.165
Programa Sócio-Ambiental dos Igarapés do Interior	306.669	321.994	15.325	0	(321.994)
Padeam- Prog.Aceleração Desenvolvimento Ensino (*)	0	0	0	283.586	283.586
Prosamim III - Bacia de São Raimundo	466.536	489.850	23.314	525.224	35.374
Digitalização e Modernização do Parque Tec. FUNTEC	15.300	16.065	765	15.300	(765)
Pavimentação das Vias Públicas de Parintins/AM	29.200	30.659	1.459	0	(30.659)
Profisco (*)	0	0	0	24.030	24.030
Projeto Ações do Entorno Lig.Manaus-Manacapuru	164.181	172.386	8.204	164.000	(8.386)
Projeto Minha Casa Minha Vida - Fase II	32.541	34.167	1.626	40.755	6.588
Projeto Monotrilho	600.000	629.983	29.983	600.000	(29.983)
Projeto Monotrilho Contrapartida Propac	800.000	839.978	39.978	800.000	(39.978)
Total	2.696.536	2.831.287	134.752	2.836.496	5.209

(*) Essas operações foram incluídas por meio de redistribuições pleiteadas pelo Estado no exercício de 2012.

O acréscimo ao limite a contratar de R\$ 1.408.812 mil permitiu a recomposição no valor de R\$ 5.209 mil (coluna 5 do quadro V - 3) das operações de crédito anteriormente previstas, bem como a inclusão no Anexo V de 6 (seis) novas operações de crédito, no valor total de R\$ 1.403.603 mil. A distribuição do acréscimo ao limite a contratar é detalhada no quadro V - 4:

Quadro V - 4 – Distribuição do acréscimo do limite a contratar

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Taxa de Juros / Periodicidade	Atualiz. Monetária	Prazo	Carência	Valor (R\$ mil dez/11)
Prg.Socio-Ambiental dos Igarapes do Interior	BID	Libor 6m + 1,85%a.a. /semestral	Câmbio	50 semestres	10 semestres	375.160
Prg.Socio-Ambiental dos Igarapes do Interior	CAF	Libor 6m + 1,85%a.a. /semestral	Câmbio	50 semestres	10 semestres	234.475
Construção Arena Amazônia - Insumo Import.	KFW	Libor 6m + 2,21%a.a. /semestral	Câmbio	20 semestres	1 semestre	93.790
Avenida das Torres - AM 010	CAIXA	8,5% a.a. /mensal	TR	240 meses	24 meses	42.000
Prosamim Suplementar 2	BID	Libor 6m+ 1,85% a.a. /semestral	Câmbio	50 semestres	10 semestres	140.685
Proinveste (Res. CMN n.4.109/2012)	BNDES	TJLP + 1,1% a.a. /mensal	TJLP	240 meses	24 meses	517.493
SUB-TOTAL (1)	-	-	-	-	-	1.403.603
Recomposição dos valores das operações anteriormente previstas (2)	-	-	-	-	-	5.209
TOTAL (1+2) - Acréscimo do limite a contratar	-	-	-	-	-	1.408.812

O quadro V - 5 apresenta todas as operações de crédito a contratar previstas no Programa relativo ao triênio 2012-2014:

Quadro V - 5 – Discriminação das operações de crédito a contratar da 13ª revisão

Projetos / Programas	Entidade Financeira	Valor (R\$ mil dez/11)
Padeam-Prog.Aceleração Desenvolvimento Ensino	BID	283.586
Profisco	BID	24.030
Progr.Melhorias e Expansao Sist.Viário Manaus	CAF	239.165
Programa de Saneamento Integrado de Maués/AM	BID	45.957
Programa Socio-Ambiental dos Igarapés de Manaus	CAF	98.480
Prosamim III - Bacia de São Raimundo	BID	525.224
Construção Arena Amazonia - Insumo Import.	KFW	93.790
Prg Sócio-Ambiental dos Igarapes do Interior	CAF	234.475
Prg.Socio-Ambiental dos Igarapes do Interior	BID	375.160
Prosamim Suplementar 2	BID	140.685
Digitalização e Modernização do Parque Tec. FUNTEC	BNDES	15.300
Projeto Ações do Entorno Lig.Manaus-Manacapuru	BNDES	164.000
Projeto Minha Casa Minha Vida - Fase II	CAIXA	40.755
Projeto Monotrilho	CAIXA	600.000
Projeto Monotrilho Contrapartida Propac	CAIXA	800.000
Avenida das Torres - AM 010	CAIXA	42.000
Proinveste (Res. CMN n.4.109/2012)	BNDES	517.493
Total		4.240.099

r

ef



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
ESTADO DO AMAPÁ**

1. Este documento é parte integrante da 13ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Estado no último triênio, com ênfase no exercício de 2011, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2011, o Estado apresentou resultado primário superavitário de R\$ 97 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 9.083 milhões e da despesa não financeira de R\$ 8.987 milhões. Este resultado foi influenciado pelo desempenho da receita líquida com destaque para as receitas de arrecadação própria. De forma oposta em 2010 e 2009, o Estado apresentou déficits primários de R\$ 322 milhões e de R\$ 931 milhões, respectivamente.
4. O Estado incorreu em deficiência financeira de R\$ 13 milhões em 2011, pois a soma do resultado primário com as fontes de financiamento não foi suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida. Resultados semelhantes aconteceram em 2010 e 2009, quando o Estado apresentou deficiências de recursos de R\$ 60 milhões e R\$ 223 milhões, respectivamente. As deficiências geradas nesses exercícios foram cobertas por superávits financeiros obtidos nos exercícios de 2008 e 2009.
5. A receita bruta evoluiu de R\$ 7.808 milhões em 2009 para R\$ 9.486 milhões em 2010 e alcançou R\$ 10.725 milhões em 2011, apresentando crescimento de 4,18% em relação a 2010. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 5,10%, passando de R\$ 6.647 milhões para R\$ 7.581 milhões. Após a dedução das transferências a municípios, a receita líquida alcançou R\$ 9.083 milhões em 2011.
6. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 67,34%, 70,07% e 70,69% do total da receita bruta em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 77,98% das receitas de arrecadação própria em 2011, caiu 1,78% em relação a 2010 em decorrência dos efeitos negativos da redução de incentivos à produção de eletroeletrônicos do Polo Industrial de Manaus – PIM. Diferentemente, as outras receitas de arrecadação própria cresceram 39,80% em termos reais, evoluindo de R\$ 1.100 milhões em 2010 para R\$ 1.669 milhões em 2011, influenciado pela receita de R\$ 300 milhões do Banco Bradesco S.A. relativo à venda dos direitos de exclusividade na prestação de serviços financeiros ao Governo do Estado: pagamento de salários, benefícios sociais e de fornecedores e centralização da arrecadação de receitas.
7. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 7.534 milhões em 2009 para R\$ 8.284 milhões em 2010 e alcançaram R\$ 8.987 milhões em 2011, correspondendo a decréscimo de 0,03% em relação a 2010. Tal decréscimo em 2011 é explicado principalmente pelo desempenho das outras despesas correntes e de capital (OCC), que tiveram redução de R\$ 80 milhões (6,26%).

8. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 44,63%, 44,09% e 47,58% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 1,84% dos gastos com o Poder Executivo (administração direta) e de 46,50% com inativos e pensionistas em relação a 2010, que representaram 48,46% e 16,11%, respectivamente, do total. Essa evolução é explicada pelo reajuste salarial de 8% concedido pelo governo estadual em 2011 para as principais carreiras de servidores (Educação, Saúde e Segurança Pública), inclusive inativos e pensionistas. A elevação real da receita corrente líquida (RCL), de 6,14%, inferior ao crescimento real das despesas de pessoal (7,86%) contribuiu para que a relação despesas com pessoal / RCL se elevasse de 46,93% em 2010 para 47,70% em 2011.

9. O regime próprio de previdência social (RPPS) de que trata a Lei Federal nº 9.717/98 é gerido no Estado pelo Amazonprev, órgão criado por meio da Lei Complementar Estadual nº 30, de 27 de dezembro de 2001, que a partir de 2011 tornou-se Fundação e, dessa forma, passou a integrar a Administração Indireta do Estado. O Estado optou pelo modelo de capitalização com segregação das massas, com a instituição de um fundo financeiro (FFIN) e outro previdenciário (FPREV). Até o momento, somente os servidores do Poder Executivo aderiram ao regime, sendo que as despesas com inativos e pensionistas dos demais poderes são empenhadas e liquidadas por eles próprios.

10. O fundo financeiro do RPPS, formado pelos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, é deficitário, enquanto que o previdenciário, constituído dos servidores que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004, é superavitário. Assim, a despesa com inativos e pensionistas do Programa compõe-se: (i) do repasse financeiro efetuado pelo tesouro estadual para a cobertura da insuficiência financeira do fundo financeiro do Amazonprev; e (ii) das despesas com aposentadorias e pensões dos servidores dos demais poderes (Legislativo e Judiciário), que não migraram para o RPPS. Os déficits do sistema previdenciário estadual são cobertos pelo tesouro estadual, cujo montante em 2011, registrado no Programa na rubrica de inativos e pensionistas, alcançou R\$ 689 milhões.

11. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 55,37%, 55,91% e 53,41% do total da despesa não financeira em 2009, 2010 e 2011, respectivamente. Em 2011, o decréscimo dessas despesas deveu-se, principalmente, à redução de 16,76% dos gastos com investimentos, não obstante elevação de 1,21% nas outras despesas correntes em relação a 2010. O resultado líquido foi redução real de 6,26% das OCC em 2011 comparativamente a 2010.

12. Os investimentos se reduziram de R\$ 1.703 milhões em 2009 para R\$ 1.696 milhões em 2010 e atingiram R\$ 1.532 milhões em 2011, correspondendo a 30,84%, 25,67% e 19,93% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. O fator determinante dessa redução em 2011 (16,76%) foi frustração das fontes de financiamento (particularmente as internas) das receitas de operações de crédito, as quais decresceram de R\$ 515 milhões em 2010 para R\$ 212 milhões em 2011.

13. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve expansão de R\$ 2.407 milhões em 2009 para R\$ 2.807 milhões em 2010 atingindo R\$ 3.083 milhões em 2011, correspondentes a 43,59%, 42,47% e 40,10% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios. Merece destaque a despesa com material de consumo, que apresentou redução de 28,47% entre 2010 e 2011 (R\$ 133 milhões).

14. O estoque da dívida do Estado, que era de R\$ 2.778 milhões em 31 de dezembro de 2009, passou para R\$ 3.189 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando acréscimo de


3,14%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 3.145 milhões, apresentando diminuição de 1,39% em relação ao ano anterior. O motivo para essa redução foi o efeito combinado do decréscimo real da dívida contratual interna (marcadamente pelos pagamentos referentes às dívidas ao amparo das Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97) de 6,22% e o acréscimo da dívida contratual externa, de 23,37%, decorrente de liberações de operações de crédito externas em fase de desembolso, num contexto de desvalorização real do câmbio ocorrida entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, de 7,22%. Na composição da dívida estadual em 2011, a relativa ao BNDES foi a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 26,91% em 2010 para 26,94% em 2011, em razão de liberações de operações de crédito em fase de desembolso (Arena da Amazônia). Em seguida, aparece a dívida relativa à Lei nº 8.727/93, que representava 24,47% da dívida financeira em 2010 e passou a representar 20,28% em 2011.

15. A relação Dívida Financeira/RLR foi de 0,50, 0,46 e 0,42 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, respectivamente. A redução em 2011 explica-se pelo crescimento real da RLR, de 7,27% em decorrência do aumento na arrecadação de outras receitas de arrecadação própria (39,80% ou R\$ 569 milhões) e da receita do FPE (13,51% ou R\$ 316 milhões) aliado à redução do estoque da dívida financeira, em função da frustração de desembolsos de operações de crédito internas.

16. Ressalte-se que o Estado paga o serviço das dívidas relativas às Leis nºs 8.727/93 e 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento da receita líquida real e, por este motivo, não acumula resíduo.

17. Quanto à gestão de riscos fiscais, o Estado do Amazonas não possui precatórios vencidos e não pagos. O Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 preveem, para reduzir os riscos fiscais, a continuidade do Programa de Modernização da gestão estadual com o objetivo de aperfeiçoamento dos processos administrativos e a redução do custo de manutenção das instituições da administração pública no orçamento estatal.

18. A avaliação da situação financeira do Estado demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do Estado. A revisão do Programa prevê resultados primários de R\$ 229 milhões em 2012, R\$ 854 milhões em 2013 e R\$ 246 milhões em 2014. Como consequência disso, as necessidades de financiamento brutas deverão ser cobertas com recursos oriundos de operações de crédito, projetados conforme expectativa do Estado. Assim, não foram previstas suficiências para o exercício financeiro de 2012, mas o foram para os exercícios financeiros de 2013 e de 2014, R\$ 425 milhões e R\$ 240 milhões, respectivamente.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional